

Proc. CNT-13 590/45

CNT-377/46

KSC/EV

Não há como conhecer de recurso extraordinário não fundamentado no texto legal que o admite.

VISTOS E RELATADOS êstes autos em que são partes:  
como recorrente, Patrício Neves, e, como recorrido, Estaleiros  
Cruzeiro do Sul S/A:

Não se conformando com a decisão do Conselho Regional do Trabalho da 1ª Região, que confirmou a decisão da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói, julgando prescrita a reclamação apresentada contra os Estaleiros Cruzeiro do Sul S/A, recorre Patrício Neves, extraordinariamente, para êste Conselho, invocando os dispositivos das letras a e b, do art. 896, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ouvida, a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho é pelo não cabimento do recurso, visto não encontrar o mesmo apoio no texto legal invocado.

Isto posto, op.

CONSIDERANDO que o recorrente não conseguiu demonstrar a alegada violação da norma jurídica ou sua divergente interpretação, condições que, de acordo com o dispositivo legal apontado, individualmente ou em conjunto, justificam o cabimento das medidas legal impetrada;

ACORDAM os membros do Conselho Nacional do Trabalho, unanimemente, em não tomar conhecimento do presente recurso, por

M. T. I. C. - C. N. T. - SERVIÇO ADMINISTRATIVO

falta de amparo legal. Custas ex-loge.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1946

Presidente

\_\_\_\_\_  
Geraldo Montedonio Bezerra de Menezes

Relator

\_\_\_\_\_  
Percival Godoy Ilha

Procurador

Ciente:

\_\_\_\_\_  
Dorval Lacerda

Publicado no Diário da Justiça em

8/4/46